

**DO MIDIALIVRISMO DE MASSA AO MIDIALIVRISMO
CIBERATIVISTA: uma reflexão sobre as perspectivas de
comunicação alternativa no Brasil¹**
**MIDIALIVRISMO MASS OF THE MIDIALIVRISMO
CYBERACTIVIST: a reflection on the prospects of
alternative communication in Brazil**

Renata Escarião Parente²

Resumo: *As divergências em torno da denominação de manifestações comunicacionais que estão fora do eixo dos veículos convencionais se dão basicamente pela dificuldade de caracterizar o que é alternativo em meio à circulação de uma variedade de formatos possibilitados pelas novas tecnologias. Diante de fatos como as revoltas de junho de 2013 no Brasil, é inegável que estão ainda mais fortes os embates entre a mídia tradicional e as iniciativas alternativas, usando a internet como ferramenta na disputa pela construção de narrativas. Neste cenário, ganham destaque termos como ciberativismo e midialivrismo, que nos trazem um questionamento sobre a relação que mantêm com as manifestações de comunicação alternativa – e suas variadas denominações como comunitária, popular, radical - em outro contexto histórico. Discutimos aqui tais denominações de formatos de comunicação que estão à margem da comunicação tradicional e suas relações, ferramentas e estratégias, assim como processos de sociabilidade.*

Palavras-Chave: *Comunicação alternativa. Ciberativismo. Midialivrismo.*

Abstract: *The disagreements over the denominations of communicational manifestations which are outside traditional media occur primarily by difficulties in characterizing what is alternative amid the circulation of a variety of formats made possible by new technologies. Faced with events such as the riots of June 2013 in Brazil, it is undeniable that the conflicts between traditional and alternative media initiatives are even stronger, using the internet as a tool in the competition for the construction of narratives. In this scenario one highlights terms like cyberactivism and midialivrismo, which bring us a question about the relations they have with the alternative communication manifestations - and their varied denominations such as community, popular, radical - in another historical context. We discuss these denominations of communication formats that are outside of traditional communication and their relations, tools and strategies, as well processes of sociability.*

Keywords: *Alternative communication, Cyberactivism, Midialivrismo.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXIII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal do Pará, Belém, de 27 a 30 de maio de 2014.

² Professora do curso de Jornalismo na Faculdade Maurício de Nassau, em João Pessoa (PB), mestre em Comunicação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especialista em Redação Jornalística pela Universidade Potiguar (UnP), integrante do Grupo de Pesquisa sobre Cotidiano e o Jornalismo (Grupecj) na UFPB, renataescario@gmail.com.

1. Introdução

A denominação de expressões comunicacionais que estão fora do eixo dos veículos convencionais (integrantes de grandes empresas e redes) encontra divergências pela dificuldade de caracterizar o que é alternativo em meio à circulação de uma variedade de formatos híbridos possibilitados pelas novas tecnologias. Variedade essa que não atinge apenas as publicações digitais, mas as impressas também, que reconfiguraram seus formatos diante das novas possibilidades.

Há de se considerar também a conjuntura política, já que, no Brasil, após o fim dos regimes ditatoriais em meados de 1980, enfrentou-se um apaziguamento nas lutas políticas, que antes deixavam bem claros os contornos ideológicos dos grupos e iniciativas.

Quando se trata do termo “alternativo” os debates se dão inicialmente em torno de uma questão. As publicações chamadas alternativas ganham essa denominação no Brasil dentro de um contexto peculiar: os embates políticos com a Ditadura Militar a partir de 1964. Tal caracterização faz com que alguns autores considerem que as publicações assim denominadas ficaram restritas àquele período histórico e político, tendo, ao longo do tempo modificado, junto com suas características, sua denominação.

Seria, então, a partir desse ponto de vista, inadequado apontar como “alternativas” publicações que se revelam em pleno século XXI? Acreditamos que não. No entanto, consideramos que novos contextos demandam novas práticas e, por isso, faz-se necessário ter a clareza que o “alternativo”, na contemporaneidade, ganha contornos diferenciados dos observados em décadas passadas.

O advento das novas tecnologias de informação e comunicação trouxe para o centro das atenções os mais variados fenômenos comunicacionais ligados à internet. Apesar de comumente associarmos a ideia de imprensa alternativa ou de contracultura à efervescência de movimentos contestatórios mundiais das décadas de 1960 e 1970, tais manifestações acompanham a história da humanidade. É importante dar atenção quando Ken Goffman e Dan Joy (2007) tratam de manifestações contraculturais desde a mitologia grega – assim como a postura contestadora de Sócrates 469 a.c – para percebermos o quão limitador é considerar tais manifestações como ligadas a determinados períodos históricos.

A contraposição a sistemas estabelecidos, a contestação de normas e comportamentos determinados, assim como a utilização de instrumentos convencionais como modo de expressar essa contestação, como o teatro, a música, a dança, e a imprensa, não estão restritas ao último século. As noções do que é contracultural³ apontam para o que pretendemos usar aqui como caminho: a essência do ‘alternativo’ como algo que se coloca como uma nova possibilidade diante do que é estabelecido como padrão.

Atitudes contraculturais, contestatórias, emergem a partir da necessidade de criar instrumentos que possibilitem a expressão de sentimentos e ideias contrários aos estabelecidos por um sistema de valores e posições que predominam socialmente. É no embalo desses mesmos sentimentos que também surgem, desde o estabelecimento da imprensa enquanto empresa, ou órgão oficial, manifestações de formatos alternativos contra o modelo que predomina.

A mídia cumpre um papel importante na definição de valores, padrões e noções do que é certo, bom e belo, e, por isso, ao longo da história, as contraculturas e outros movimentos contestatórios usaram meios alternativos de comunicação para fazer frente ao discurso proferido pela mídia convencional, atrelada a grandes grupos de comunicação e submissão aos seus interesses políticos e econômicos.

Acreditava-se que tais discussões não se faziam mais necessárias por estarem ligadas a um contexto político de repressão e revoltas dos tempos da Ditadura Militar, os acontecimentos com as Jornadas de Junho, no Brasil, em 2013⁴ – assim como em eventos

³ “O termo “contracultura” foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 1960, para designar um conjunto de manifestações culturais novas que floresceram, não só nos Estados Unidos, como em vários outros países, especialmente na Europa e, embora com menor intensidade e repercussão, na América Latina. Na verdade, é um termo adequado porque uma das características básicas do fenômeno é o fato de se opor, de diferentes maneiras, à cultura vigente e oficializada pelas principais instituições das sociedades do Ocidente” (PEREIRA, 1983, p.8).

⁴ “As manifestações de junho de 2013 apareceram como uma novidade na cena pública brasileira, [...] seja pela quantidade de pessoas que conseguiu juntar nas vias públicas, levando às ruas mobilizações de massa só vistas no Brasil nas décadas de 1980 e início dos anos 1990 [...] seja pelo seu aparecimento na imprensa tradicional após as atrocidades da polícia nas primeiras manifestações do Movimento do Passe Livre (MPL) em São Paulo. [...] Os protestos ocorridos nesse período levaram às ruas centenas de pessoas e agrupamentos políticos, tendo como principal característica a participação de cidadãos e cidadãs não inseridos nos tradicionais movimentos sociais. [...] As reivindicações escritas em cartazes feitos à mão foi uma marca importante dos atos de protestos demonstrando a diversidade de posições e pensamento sobre a realidade brasileira, assim como a ausência de uma direção única e de lideranças de movimentos sociais já conhecidos no cenário político coordenando tais atos [...]. As mobilizações e protestos aconteceram em diversas cidades do Brasil, em especial nas capitais dos estados e grandes cidades, mas conseguiram chegar também em cidades de médio porte”. (SOUSA, p.13/14, 2013).

recentes em outros países⁵ - em sua maioria mobilizadas via redes sociais, são uma amostra da atualidade do tema e importância da discussão. Afinal, foi o uso da internet como ferramenta alternativa aos veículos tradicionais que propiciou não somente a mobilização, como a cobertura e a discussão paralelas a mídia convencional sobre os acontecimentos e temas envolvidos.

Faz-se necessário, como afirma Ivana Bentes no prefácio do livro ‘A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais’, “reposicionar e analisar as conexões entre o mundo digital e analógico, as redes digitais e a multidão nas ruas, a linha que conecta a contracultura, as lutas antidisciplinares dos anos 60 e 70, a cultura digital, o ativismo *hacker*, as narrativas midialivristas [...]” (MALINI; ANTOUN, 2013, p.9).

É inegável que estão ainda mais fortes os embates entre a mídia tradicional e as iniciativas alternativas de comunicação, usando principalmente a internet como ferramenta, na disputa pela construção de narrativas. Neste cenário ganham destaque termos como ciberativismo, midialivrismo, net-ativismo, que nos trazem um questionamento sobre a relação que mantêm com as manifestações de comunicação alternativa – e suas variadas denominações como comunitária, popular, radical - em outro contexto histórico.

Portanto, discutimos aqui as variadas denominações de formatos de comunicação que estão à margem da comunicação tradicional e suas relações, ferramentas e estratégias, assim como influência nos processos de sociabilidade.

2. Em busca de uma noção de “alternativo”

Não consideramos, como considera Kucinski (1991, p.XIII), que a chamada imprensa alternativa é aquela que está restrita aos 150 periódicos publicados nos 15 anos de Ditadura Militar no Brasil, que vai de 1964 a 1980. De todo modo, levamos em conta a caracterização destas publicações como elemento importantíssimo na definição desses formatos de comunicação, só não ficamos restritos à qualificação de “alternativo”, apenas às publicações que existiram nesse período e com essas características.

⁵ Como exemplo temos as manifestações sociais que aconteceram a partir de 2011 em diversos países do mundo com destaque para a Grécia, Espanha e o Chile, como a Primavera Árabe, 15M na Espanha, e Occupy Wall Street.

Não é apenas Bernardo Kucinski que adota a designação de imprensa alternativa para as publicações de oposição ao Regime Militar nas décadas de 1960 e 1980. Regina Festa (1986) e Cícilia Peruzzo (1998) seguem a mesma linha. O termo imprensa alternativa identificava as publicações de oposição, cuja venda era feita em bancas ou de mão em mão. Eram publicações de caráter cultural, político e expressavam interesses da média e pequena burguesia e dos trabalhadores. Um espaço onde os grupos de oposição ao regime emitiam sua opinião de condenação à situação do país. Apesar da censura, de dificuldades econômicas e falta de publicidades, dezenas de jornais e revistas foram publicadas nessa época⁶.

Diante de uma conjuntura de atrelamento dos grandes meios ao Estado ditador como forma de garantir sua hegemonia comunicacional, a verdadeira tarefa de comunicar, de denunciar as violências do Regime Militar, coube efetivamente aos chamados meios alternativos, mesmo com todas as suas limitações. Eram jornais tabloides, panfletos, cartazes, publicações organizadas por intelectuais de oposição, partidos revolucionários, associações de moradores, movimentos do meio operário e rural. Para Máximo Grinberg:

Alternativo é todo meio que, num contexto caracterizado pela existência de setores privilegiados que detêm o poder político, econômico e cultural (...), implica uma opção frente ao discurso dominante; opção à qual confluem, em grau variável, os sistemas de propriedade, as possibilidades de participação dos receptores na elaboração das mensagens, as fontes de financiamento e as redes de distribuição, como elementos complementares. (GRINBERG, 1987, p.30)

Essa alternativa ao discurso dominante foi essencial para a construção de uma sociedade democrática, já que a concentração informacional significa uma perda de possibilidades de expressão de grupos locais e comunitários.

Com o início da abertura política em 1978, a comunicação alternativa foi dando lugar a outra forma de comunicação, a popular. Já no começo da década de 1970, existem processos de comunicação popular atrelados à educação e à educação popular. Esse início da comunicação popular se diferenciava da alternativa por incluir instrumentos que iam além da

⁶ Alguns exemplos de imprensa alternativa da década de 1970: Pasquim, Movimento, Coojornal, Pato Macho, De fato, Versus, Posição, Paralelo, Repórter, Opinião, O São Paulo, EX, Extra, Bondinho, Multirão, Brasil-Mulher, Nós-mulheres, Jornacoop, Coojornat, entre outros.

intenção de denunciar e criticar o Regime Militar. Não podemos afirmar que a comunicação alternativa desapareceu, mas apenas mudou de lugar social⁷.

Assim, a comunicação popular no Brasil se consolida no início da década de 1980, a partir do fortalecimento dos movimentos sociais, mas, principalmente, com a ascensão do movimento sindical e operário na cidade e no campo (FESTA apud PERUZZO, 2006, p.3).

Desde a década de 1990, passou-se a empregar mais sistematicamente no Brasil a expressão comunicação comunitária, e também outras expressões similares para designar este mesmo tipo de comunicação. A comunicação comunitária se configura como meio de fortalecimento da cidadania através do processo de educação e conscientização que promove e da oportunidade que oferece às comunidades de utilizar os diferentes meios para elaborar suas próprias mensagens.

Como percebemos, as variadas formas de manifestação dessa comunicação que acontece à margem dos veículos tradicionais vão ganhando diferentes denominações de acordo com o momento histórico no qual acontece, sendo chamada de comunitária, alternativa, popular, participativa, horizontal, e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão.

É importante observarmos que a base do conceito é a mesma, ou seja, tratam-se de formas de expressão de segmentos excluídos da população em processo de mobilização, visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política.

Em artigo mais recente, analisando a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço, Peruzzo afirmou que, “com o passar do tempo, o uso do termo ‘alternativo’ para qualificar uma modalidade de comunicação foi se tornando mais complicado, porque seu significado, diante das diferentes práticas que foram surgindo, não é unívoco”. Concordamos com Peruzzo quando afirma que:

⁷ Ao contrário de jornais que aglutinavam diversas correntes, surgiram as publicações político-partidárias, representantes de novas e tradicionais tendências de esquerda: *Voz da Unidade, Tribuna da Luta Operária, Hora do Povo, Trabalho, Alicerce, Em tempo, Companheiro*, etc. (FESTA, 1986, p. 25)

No conjunto, a comunicação alternativa representa uma contracomunicação, ou outra comunicação, elaborada no âmbito dos movimentos populares e das “comunidades”, e que visa exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e, assim, democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação, de modo a contribuir para a transformação social. (PERUZZO, 2009, p.132)

Considerando a diversidade de formas da comunicação alternativa, a autora as organiza em duas correntes: uma agrupa a comunicação popular, alternativa e comunitária, e a outra a imprensa alternativa. Nesta separação, a conceituação da primeira corrente é bastante semelhante a que acabamos de apresentar, até porque, neste artigo a autora revisa e amplia suas classificações.

Não há como demarcar fronteiras precisas entre as diferentes manifestações de comunicação popular, alternativa ou comunitária devido à dinamicidade dessas manifestações e seu caráter inter e transrelacionado das relações. Para Peruzzo, “nas práticas sociais, os processos comunicacionais são holísticos”.

Os elementos principais que caracterizam a comunicação como popular, comunitária e/ou alternativa estão no processo, nas práticas sociais, nas relações que se estabelecem, e não no tipo de veículo utilizado, nem em outra característica qualquer (linguagem, propriedade, formato) tomada isoladamente. O que importa é o conjunto da práxis e o significado que tem para a comunidade. (PERUZZO, 2009, p.140)

É justo por essa série de questões a serem consideradas que não existe uma definição precisa para este tipo de comunicação, uma fórmula na qual encaixemos o veículo para classificá-lo como sendo alternativo ou não, sendo mais sensato apontar aspectos, elementos ou características alternativas em veículos de comunicação. Tal caracterização pode ser feita a partir de variados elementos, como a classificação da linguagem, da mensagem e da forma de produção, por exemplo. Para Kucinski (1991), o conteúdo contestatório é fundamental.

Downing (2002, p.21) utiliza a expressão “mídia radical” para designar a mídia “em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas”. O autor define que diante do turbilhão de variadas expressões que vivenciamos atualmente, duas questões devem ser observadas para definir o que pode e não pode ser definido como mídia radical alternativa: o conteúdo e o contexto dessas manifestações.

Na busca de definir ele elenca algumas características comuns a essas formas de expressão, estando, entre elas, o rompimento de regras; a distribuição em pequena escala, raras vezes com grande alcance; poucos recursos financeiros para se manter; periodicidade indefinida; e variedade de linguagens, sem um padrão definido.

O principal caráter da mídia radical é o de resistência. A opressão não existe apenas no campo econômico, ela perpassa todas as esferas e envolve questões de etnia, sexo, nacionalidade, que também são tratadas por essas expressões alternativas, além das questões políticas. E, por mais que, muitas vezes, por esse motivo, a ideia de mídia alternativa ou radical esteja associada aos movimentos sociais, é importante destacar que essas expressões não ficam restritas a efervescência desses movimentos ou de reivindicações pontuais.

Sobre os argumentos que afirmam que tais manifestações alternativas ficaram restritas as turbulentas décadas de 1960 e 1970, Downing (2002, p.60) sugere que “os obituários da mídia radical são prematuros”.

Por mais que haja divergências quanto a essas denominações e recortes, um ponto inquestionável entre os autores é o importante papel que essas expressões cumprem em um processo de democratização da comunicação, mesmo com todas as limitações e dificuldades que enfrentam. São, sem dúvida, integrantes do processo de formação de opinião, inclusive, indo além do oferecimento de contrainformação, mas com considerável impacto estético, que estimula novos olhares sobre o mundo, novos diálogos e novas tendências intelectuais e artísticas.⁸

Portanto, concluímos que *o alternativo é tudo que se contrapõe ao modelo convencional, estabelecido*, seja ele de esquerda ou de direita, o que vai variar de acordo com a conjuntura.

⁸ De todo modo, também não podemos cair na armadilha de associar a mídia alternativa sempre à postura de esquerda, de defesa dos fracos e oprimidos. Por mais que associemos normalmente a mídia alternativa a tal noção, já que, no Brasil, os regimes autoritários aos quais ela se contrapunha eram de direita, o alternativo nem sempre está associado a uma posição revolucionária de esquerda. Downing (2002, p.135) destaca que a mídia radical também pode estar a favor da repressão, como mídias (jogos de computadores e rádios de ondas curtas) que se comprometem “com a propagação o obscurantismo religioso, o racismo branco, a misoginia, a homofobia, a xenofobia, o antisemitismo, a violência racista ou reacionária”.

3. Do Midialivrisimo de Massa ao Midialivrisimo Ciberativista

Cicília Peruzzo (2009, p.197), analisa que, após todas as modificações pelas quais passaram a comunicação alternativa, no início do século XXI, ela “[...] reedita formas de expressão impressas e audiovisuais, cria novos canais e, ao mesmo tempo, se recria por meio de novos formatos digitais que o avanço tecnológico favorece”, no entanto, mesmo com as mudanças, permanece com seu caráter alternativo.

Como afirma Gustavo Cardoso, “vivemos numa sociedade fundamentalmente diferente [...] da que conhecemos até o início dos anos de 1970” (2007, p.27). Para Cardoso:

Essa sociedade é designada por Castells como sociedade em rede, caracterizada por uma mudança na sua forma de organização social, possibilitada pelo surgimento das tecnologias de informação num período de coincidência temporal, com uma necessidade de mudança econômica (a globalização das trocas e movimentos financeiros) e social (a procura de afirmação das liberdades e valores de escolha individual e iniciada com os movimentos estudantis do maio de 68). (CARDOSO, 2007, p.27)

O autor explica que na sociedade em rede a autonomia das escolhas está ligada à capacidade que os indivíduos têm de interagir com a mídia, entendendo a mídia como os aparelhos de mediação e acesso à comunicação e informação. Isso porque Cardoso considera que a espécie humana é caracterizada pela comunicação, e, assim, “é ela que assegura o tecido social que construímos e em que vivemos” (2007, p.27).

Peruzzo destaca que a internet, ao inverter a lógica de produção centrada num emissor e dirigida a muitos, amplia as possibilidades comunicativas e de participação social. Segundo a autora, nesse novo cenário:

[...] surgem novos jornais, vídeos, webrádios, home pages, fotologs, videologs, podcasts, e-zines, revistas etc. Agências alternativas de notícias são criadas; produtos editoriais dessa natureza assumem formatos impresso, audiovisual e *on-line*; cresce o número de Observatórios de Mídia e da Comunicação que monitoram a mídia; surgem Coletivos de Comunicação como o Centro de Mídia Independente (CMI); novos canais de comunicação como os websites colaborativos e outras formas de redes sociais são criados e os weblogs se proliferam. (PERUZZO, 2009, p.137)

Essas novas ferramentas também modificam a forma que se faz comunicação e ampliam os instrumentos para quem trabalha com comunicação alternativa, abrindo novos

canais e facilitando sua manutenção pelo baixo custo para manter os espaços de publicação. Assim, nesse contexto, as manifestações de comunicação alternativa, comunitária ou popular ocorrem no centro de lutas populares e a partir dos lugares de vivências cotidianas nas localidades e em outros espaços de relacionamentos, como o ciberespaço.

É importante destacar que, mesmo que a internet tenha trazido inúmeras novas possibilidades para o campo da comunicação, a essência da organização deste campo no nosso país não mudou tão substancialmente. Uma minoria que detém o poder político e econômico continua controlando as maiores redes de comunicação. Por mais que a internet esteja cada dia mais acessível às variadas camadas sociais, a grande maioria da população continua assistindo à TV Globo, TV Record, entre outros, “reféns”⁹ do que é pautado por esses veículos, sem nenhum instrumento que se contraponha à altura do seu alcance. Sem dúvida, um cenário ainda favorável à necessária emergência de expressões comunicacionais que se contraponham a esse modelo hegemônico, seja usando a internet como ferramenta, seja usando outros instrumentos, como as publicações impressas.

O diálogo que realizamos anteriormente entre os autores nos faz perceber que as variadas formas de manifestação da comunicação que acontece à margem dos veículos tradicionais vão ganhando diferentes denominações de acordo com o momento histórico no qual acontecem, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão.

No entanto, se nos primeiros anos do século XXI o estudo dessas formas comunicacionais estava ligado a expressões pontuais, acreditamos que recentes fenômenos chamam a nossa atenção para lançar um olhar mais aguçado sobre essas práticas. No prefácio do livro ‘A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais’, Ivana Bentes conta que a emergência no Brasil nos protestos em junho e julho de 2013, pela experiência da Mídia Ninja¹⁰ (Narrativas Independentes Jornalismo e Ação), do que ela chama de “uma mídia da multidão”, aponta para um novo momento do “mediativismo”.

⁹ Não acreditamos em uma postura passiva dos receptores diante dos veículos, mas em termos de acesso a outros discursos comunicacionais, o que é disponibilizado gratuitamente para a maioria da população ainda fica restrito a conglomerados de comunicação do País.

¹⁰ É um grupo de mídia autodeclarado alternativa aos meios tradicionais, formado em 2011 a partir do Pós-TV, mídia digital do circuito Fora do Eixo. Tornou-se conhecido mundialmente na transmissão dos protestos no Brasil em 2013. Suas transmissões Ninja são em fluxo de vídeo em tempo real, pela Internet, usando câmeras de celulares e uma unidade móvel montada em um carrinho de supermercado. A estrutura é descentralizada e faz uso das redes sociais, principalmente no Facebook (<https://www.facebook.com/midiaNINJA>) na divulgação de

A Mídia Ninja fez emergir e deu visibilidade ao “pós-telespectador” de uma “pós-TV” nas redes, com manifestantes virtuais que participam ativamente dos protestos/emissões discutindo, criticando, estimulando, observando e intervindo ativamente nas transmissões em tempo real e se tornando uma referência por potencializar a emergência de “ninjas” e midialivristas em todo o Brasil. Indo além do “hackeamento” das narrativas, a Mídia Ninja passou a pautar a mídia corporativa e os telejornais ao filmar e obter as imagens do enfrentamento dos manifestantes com a polícia, a brutalidade e o regime de exceção [...]. (MALINI; ANTOUN, 2013, p.15).

Tais expressões trazem a tona termos como ciberativismo, midialivrismo, net-ativismo, que nos trazem um questionamento sobre a relação que mantêm com as manifestações de comunicação alternativa em outro contexto histórico e sobre as quais já refletimos acima. É perceptível que o que se destaca é a internet como ferramenta, como instrumento dessa forma de comunicação. Se antes o rádio, e formatos impressos como jornais, revistas, panfletos, e fanzines, eram, com todas as suas limitações, os instrumentos usados pelos que queriam ter voz frente ao monopólio da comunicação no Brasil, na atualidade a internet, pelo seu alcance, possibilidades multimídias, baixo custo, entre outros fatores, se apresenta como principal ferramenta.

Mesmo saltando agora aos olhos, este não é um processo que começou no século XXI. O ano de 1984 é destacado como o ano da invenção do ciberespaço “esse território virtual de trocas, ação coletiva e produção comum de linguagens, [...] ambientes virtuais comunitários e participativos dos grupos de discussões” (MALINI; ANTOUN, 2013, p.19/20). Segundo os autores, é nesse contexto que nasce o ciberativismo “como sinônimo de ações coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída em rede interativa” (*idem*). Com essa transformação a comunicação paralela aos veículos convencionais passa a acontecer, também, entre os que possuem acesso a internet, especialmente aos integrantes de grupos de discussão em comunidades virtuais.

Usado no mesmo contexto que a expressão ciberativismo, o midialivrismo levanta a bandeira da mídia livre e de que todo cidadão é um potencial produtor de conteúdo. Não é uma perspectiva nova, mas que também ganha evidência com a cultura digital, no contexto da cibercultura. Uma das expressões do movimento midialivrista é o Fórum de Mídia Livre,

notícias. Cobriu colaborativamente as manifestações em todo o Brasil, ao vivo, obtendo picos de 25 mil pessoas *online*.

formado por jornalistas, artistas, professores, sindicalistas, historiadores, blogueiros e cidadãos das mais diversas tendências, unidos pela necessidade de garantir o direito à comunicação.

Entre os principais pontos discutidos pelo Fórum estão: a distribuição das verbas públicas para publicidade considerando os pequenos empreendimentos, os veículos alternativos e a mídia independente, assim como “debates relacionados a movimentos, projetos, ferramentas e tecnologias de criação livre (Software Livre, Creative Commons, Wiki, P2P, sites e portais colaborativos, etc.) e políticas de acessos e capacitação para o uso dessas ferramentas” (BELISÁRIO, 2013, p.139).

Como podemos observar, não há pontos substanciais - no que se refere à democratização da comunicação e ao interesse de ter um canal de expressão para além da mídia convencional - que não tenham sido propostos pela mídia alternativa dos anos 1960 e 1970. Em suas observações sobre o tema, quando fazem a classificação entre midialivrismo de massa e midialivrismo ciberativista, Fábio Malini e Henrique Antoun afirmam que esses dois modos de midialivrismo tem a mesma base, que são as lutas antidisciplinares das referidas décadas, apenas possuem genealogias distintas.

Para os autores:

O midialivrismo de massa reúne experiências de movimentos sociais organizados que produzem mídias comunitárias e populares, de dentro do paradigma da radiodifusão, se afirmando como práticas da sociedade civil alternativas e antagonistas em relação ao modo de se fazer comunicação dos conglomerados empresariais transnacionais e nacionais de mídia (que controlam a opinião pública desde o nível local até o internacional). Já o **midialivrismo ciberativista** reúne experiências singulares de construção de dispositivos digitais, tecnologias e processos compartilhados de comunicação, a partir de um processo de colaboração social em rede e de tecnologias informáticas, cujo principal resultado é a produção de um mundo sem intermediários da cultura, baseada na produção livre e incessante do comum, sem quaisquer níveis de hierarquia que reproduza exclusivamente a dinâmica de comunicação *um-todos*. (MALINI; ANTOUN, 2013, p.21)

A partir da definição dos autores constatamos que manifestações denominadas de alternativa, popular, comunitária, ou radical em outros contextos históricos se encaixam no que eles nominam como midialivrismo de massa e que não há, na sua essência contestatória, diferenças em suas motivações quando comparadas às iniciativas alternativas que se desenvolvem no ciberespaço. O que difere ambas é o contexto sociopolítico na qual se

desenvolvem e as ferramentas que utilizam, acompanhando as evoluções as tecnologias da comunicação. Ambos reivindicam a democratização da distribuição dos meios, com livre acesso não apenas a recepção, mas a produção e circulação de conteúdos midiáticos.

Os midialivristas são sujeitos aparelhados e interfaceados (em *sites*, *blogs* e perfis em redes sociais, etc.) que buscam, fora do *modus operandi* dos veículos de massa, produzir uma comunicação em rede que faz alimentar novos gostos, novas agendas informativas e novos públicos, alargando assim o espaço público midiático, porque consegue *hackear* a atenção de narrativas que antes se concentravam no circuito de mídia. O midialivrismo é tipicamente a manifestação de uma monstruosidade comunicacional: são desenvolvidos por uma “pessoa qualquer” ou por pequenos “coletivos” [...]. (MALINI; ANTOUN, 2013, p.15).

Discordamos da citação acima quando restringe a atuação dos midialivristas à internet. Sabemos que apesar de não terem o mesmo alcance que a internet, outras mídias como jornais, fanzines, panfletos, rádios, revistas, entre outros, que também circulam fora do ciberespaço, continuam sendo usadas como ferramentas eficazes de compartilhamento de informação, formação de opinião e mobilização.

Claro que não podemos ter uma visão limitadora quanto a esses processos, considerando apenas as ferramentas que utilizam. Eles envolvem linguagens e relações diferenciadas que acarretam efeitos sociais e políticos, são definidores de novas formas de sociabilidade¹¹, de estar junto. A partir da apropriação social das tecnologias digitais, não há apenas o compartilhamento de informações, mas também de subjetividades, de modos de viver, abarcando as relações socioculturais da contemporaneidade, na conformação de uma cultura ciber, ou Cibercultura, que é a cultura tecnológica contemporânea que emerge a partir da apropriação social das tecnologias digitais, na qual se cria uma nova relação entre a técnica e vida social (LEMOS, 2010, p.15).

¹¹ Para Michel Maffesoli, a sociabilidade se caracteriza por relações institucionalizadas, já a socialidade é um estar-junto que independe de um objetivo a ser atingido. “O processo tribal tem contaminado o conjunto das instituições sociais. E é função dos gostos sexuais, das solidariedades de escolas, das relações de amizade, das preferências filosóficas ou religiosas que vão se constituir as redes de influência, a camaradagem e outras formas de ajuda mútua, das quais se tratou, que constituem o tecido social. “Redes das redes”, [...] onde o afeto, o sentimento, a emoção, sob suas diversas modulações tem um papel essencial. [...] É melhor reconhecer que, de encontro a um social racionalmente pensado, e organizado, a socialidade é somente uma concentração de pequenas tribos que se dedicam, de qualquer modo, a se ajustar, se adaptar, se acomodar entre si. [...] Pouco importa o termo empregado. O que é certo é que não é mais a partir de um indivíduo, poderoso e solitário, fundamento do contrato social, da cidade desejada ou da democracia representativa que se defender como tal, eu se faz a vida em sociedade. Esta é, antes de tudo, emocional, fusional, gregária [...]”. (MAFFESOLI, 2006, p.14)

De todo modo, acreditamos que apesar das semelhanças quanto à essência dessas iniciativas, as que utilizam as novas tecnologias alcançam inegavelmente abrangência maior devido ao alcance sem limites da internet e tem a possibilidade de mobilizar uma quantidade bem maior de pessoas em torno de determinadas reivindicações. O movimento é tão amplo que não apresenta – e talvez nem pretenda – uma unidade de reivindicações. A dimensão das mobilizações, como as que aconteceram por todo o Brasil em 2013, foi tão grande e múltipla que apesar de a Mídia Ninja ter se destacado pela rede de comunicação e mobilização que criou, e o Movimento Passe Livre pelos protestos contra o aumento das passagens, não foi possível apontar um grupo dirigente ou uma pauta de reivindicações. Exigências relacionadas aos mais variados direitos ganharam as ruas, numa profusão de cartazes e palavras de ordem, mais espontânea que necessariamente organizadas por partidos, movimentos sociais, entidades ou comunidades.

Carlos Vainer explica que a sociedade foi pega de surpresa pelas manifestações, pela rapidez com a qual se espalharam, pelas multidões que levaram as ruas, e pela diversidade de temas expostos nas reivindicações. “Elas evocam os grandes e raros momentos da história em que mudanças e rupturas que pareciam imagináveis até a véspera se impõem à agenda política da sociedade e, em alguns casos, acabam transformando em possibilidade [...]”. (MARICATO, p. 35, 2013)

Como afirmamos no início desse trabalho, são iniciativas difíceis de definir, de enquadrar em um modelo. Organizam-se de outra forma, traçam suas estratégias de maneira diferenciada.

Há alguns pontos que podemos observar nesse processo e que merecem destaque: a inferiorização da mídia tradicional e do seu papel de informar sobre os fatos, formar opinião e mobilizar; e o papel mobilizador e democratizador da internet.

Como já discutimos mais acima, desde a década de 1980 que a internet é usada como ferramenta de luta na defesa da democratização do acesso e produção de tecnologias e informação. Mas foi só nos últimos anos que no Brasil estratégia se mostrou mais forte. A partir disso, e especialmente nas jornadas de junho e julho de 2013, o que observamos é que tais iniciativas foram capazes de colocar em xeque, consideravelmente, o discurso da grande mídia, de desmascarar, em muitos momentos, pela disponibilização de coberturas ao vivo,

certas manipulações das grandes redes¹². Isso porque também tiveram condições de criar ferramentas e canais de comunicação livre, não controladas por interesses econômicos, de grande alcance, e envolvendo discursos múltiplos.

Considerações finais

Os recentes fenômenos que vêm ocorrendo no Brasil e no Mundo com a erupção por todos os cantos de manifestações populares que exigem o acesso a direitos fundamentais, incluindo o direito a comunicação, ainda deixam tontos os mais diversos setores sociais. Tem sido complicado formar uma análise precisa sobre tais fenômenos já que envolvem múltiplas reivindicações, sujeitos, bandeiras, e ações.

De todo modo é mais do claro que a comunicação realizada a margem da mídia tradicional é ferramenta indispensável nesse processo, com papel decisivo não só na mobilização, como na formação da opinião pública acerca dos protestos.

Vimos que esse não é um fenômeno recente. Que ao longo da história teve conformações diversas, com nomenclaturas e estratégias que variam de acordo com o contexto no qual se desenvolvem. Aqui percebemos que no contexto da cibercultura esses fenômenos ganham contornos próprios, que representam um desafio para os que pretendem entendê-lo, mas que sem dúvida expandem substancialmente as possibilidades de práticas comunicacionais mais democráticas.

Tal avaliação nos faz pensar que, mesmo com tantos desafios, a democratização da comunicação, cuja bandeira é levantada há tantas décadas, conhece agora uma alternativa a não tão longo prazo, um caminho com possibilidades capazes de enfrentar a grande mídia de maneira mais incisiva.

¹² Sabemos que a internet não é neutra nem a única solução para resolver o problema do monopólio da comunicação. Consideramos que é um meio em disputa e que também enfrenta controles por parte de grandes empresas da área e de governos.

Referências

- LEMOS, André. Olhares sobre a cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- BELISÁRIO, A. et al. Midialivristas, uni-vos. LUGAR COMUM Nº25-26, 2013, pp. 137-141. Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110810120959Midialivristas%20Uni-Vos%20-%20Adriano%20Belis%C3%A1rio%20Gustavo%20Barreto%20Leandro%20Uchoas%20Oona%20Castro%20%20Ivana%20Bentes.pdf
- CARDOSO, Gustavo. **A mídia na sociedade de rede: filtros, vitrines, notícias**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 528p.
- COELHO, Teixeira. **A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001**. São Paulo: Ilumituras: Itaú Cultural, 2008
- DOWLING, D. H. John. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo L. (orgs). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.
- GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. **Contracultura através dos tempos: do mito de Prometeu à Cultura Digital**. Introdução de Timothy Leary; trad. Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas**. Riode Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013. 278 p.
- MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. . São Paulo: Boi Tempo: Carta Maior, 2013, 1 ed. 112 p. (Tinta Vermelha)
- GRINBERG, Máximo Simpson. **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991. 1ª ed.
- PARENTE, Renata Escarião. **Narrativas no jornalismo cultural paraibano: as formas alternativas e o cotidiano nas revistas Fome de quê? e Cenário Cultural** [recurso eletrônico] / Renata Escarião Parente.-- João Pessoa: Marca de Fantasia, 2013. e-book, 1.000kb
ISBN: 978-85-7999-080-9 (Série Pericópio, 29). Disponível em: http://www.insite.pro.br/elivre/renata_pc.pdf
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **O que é contracultura**. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- PERUZZO, Cicília M.K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.
- SOUSA, C. M. de; SOUZA, A. de A. (org.). **Jornadas de junho: repercussões e leituras**. [Livro eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2013. 2.287kb – 107p.: il: color. Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/download/ebooks/Jornadas%20de%20Junho%20-%20Repercuss%C3%B5es%20e%20Leituras.pdf>.